

**BOLSAS CAPES DE MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL 1952-2019:
UM ESTUDO A PARTIR DOS CONTEXTOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**CAPES INTERNATIONAL ACADEMIC MOBILITY SCHOLARSHIPS 1952-2019:
A STUDY FROM THE CONTEXTS OF HIGHER EDUCATION
INTERNATIONALIZATION**

**BECAS CAPES DE MOVILIDAD ACADÉMICA INTERNACIONAL 1952-2019:
UN ESTUDIO DESDE LOS CONTEXTOS DE INTERNACIONALIZACIÓN DE LA
EDUCACIÓN SUPERIOR**

VIVIANE XAVIER DE ARAÚJO CRUZ

Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Goiás (UFG)
viviane.xavier@gmail.com

MARCELO LEANDRO EICHLER

Doutor em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação (UFRGS) e em Educação em Ciências:
Química da Vida e Saúde (UFRGS/UFSM/FURG/UNIPAMPA)
exlerbr@gmail.com

Resumo

A educação superior brasileira e sua internacionalização são, historicamente, intensamente dependentes do Estado. Neste artigo, buscou-se situar a CAPES no histórico das políticas de educação superior dos diferentes governos federais, com destaque para o Ciência sem Fronteiras, programa que surgiu em 2011 com a audaciosa meta de conceder, em quatro anos, 101 mil bolsas de mobilidade estudantil e docente internacionais, a maior parte delas para a graduação, tornando-se um emblemático ponto de inflexão na história entre 1952-2010 e o pós-2011. Dessa forma, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de análise documental, foi analisada a concessão de bolsas no exterior pela CAPES, governo a governo, sendo proposta uma divisão da história da mobilidade estudantil para o exterior em seis períodos, onde são observados decréscimos de bolsas nos governos Costa e Silva, Médici, Itamar Franco, FHC e Temer. Além disso, foi elaborado um índice de mobilidade educacional (IME), que permitiu uma comparação relativa entre os diferentes governos federais em relação ao número de alunos de mestrado e doutorado, observando-se redução do indicador nos governos Itamar Franco, FHC e Temer, ditos liberais.

Palavras-chave: Internacionalização da educação. Programas educacionais. Bolsas de estudo.

Abstract

Brazilian higher education and its internationalization have historically and intensely been dependent on the State. The article aimed to situate CAPES in the history of higher education policies through different governments, with a special focus on Science Without Borders. This latter is a program created in 2011 with the audacious goal of awarding under four years one hundred and one thousand (101.000) international students' mobility and Professors' scholarships, the majority of which in graduate courses, thereby, making it an emblematic inflection point in history between 1952 and 2010 and post-2011. Through literature account and documental evidence, the granting of scholarships for study abroad by CAPES was analyzed over different governments. The historic analysis of student mobility was divided into six periods, thereafter, cutbacks in scholarship grants were observed during the governments of Costa e Silva, Emilio Medici, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso (FHC), and Michel Temer. Also, an Educational Mobility Index (EMI) was elaborated, permitting the relative comparison between different federal governments and the number of masters and doctorate students. The indicator showed reductions in the so-called liberal governments of Itamar Franco, FHC, and Michel Temer.

Keywords: Internationalization of education. Educational programs. Scholarships.

Resumen

La educación superior brasileña y su internacionalización han dependido históricamente en gran medida del Estado. En este artículo buscamos ubicar la CAPES en la historia de las políticas de educación superior de los diferentes gobiernos federales, con énfasis en el Programa Ciencia Sin Fronteras, que surgió en 2011 con el audaz objetivo de otorgar, en cuatro años, 101 mil becas de movilidad internacional de estudiantes y docentes, la mayoría de ellos para cursos de grado, convirtiéndose en un punto de inflexión emblemático en la historia entre 1952-2010 y post-2011. Así, a partir de una investigación bibliográfica y análisis documental, se analizó el

otorgamiento de becas en el exterior por parte de CAPES, gobierno por gobierno, proponiendo una división de la historia de la movilidad estudiantil en el exterior en seis períodos, donde se observan disminuciones de becas en los gobiernos de los presidentes Costa e Silva, Médici, Itamar Franco, FHC y Temer. Además, se elaboró un índice de movilidad educativa (IME), que permitió una comparación relativa entre los diferentes gobiernos federales en relación al número de estudiantes de maestría y doctorado, observándose una reducción del indicador en los gobiernos de Itamar Franco, FHC y Temer, los llamados liberales.

Palabras clave: Internacionalización de la educación. Programas educativos. Becas.

1. INTRODUÇÃO

A educação superior brasileira e sua internacionalização são, historicamente, intensamente dependentes do Estado e do governo federal, especialmente pelo seu papel no delineamento, financiamento e regulação de políticas na área (LIMA; CONTEL, 2011).

Um exemplo disso foi o Ciência sem Fronteiras (CsF), programa que surgiu em 2011 com a meta de conceder, em quatro anos, 101 mil bolsas de mobilidade estudiantil e docente, sendo 75% de graduação-sanduíche. O financiamento, com grande volume de recursos envolvido, seria feito em grande parte pelo governo federal, que financiaria 75 mil bolsas. As outras 26 mil seriam custeadas com recursos da iniciativa privada.

Um programa desse porte, que significou um ponto de inflexão na história das concessões de bolsas para o exterior entre 1952-2010 e pós-2011, inspirou o desejo de fazer um estudo retroanalítico, com corte longitudinal, para entender como se deram os contextos de internacionalização da educação superior.

Destarte, este trabalho parte de uma inquietação sobre o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação pública vinculada ao Ministério da Educação, nas políticas de internacionalização do ensino superior nos diferentes governos federais, por meio das bolsas de mobilidade acadêmica internacional. A CAPES foi o principal órgão gestor do CsF junto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A partir do conceito de mobilidade acadêmica, entendeu-se haver por meio dessas concessões uma política de fomento à mobilidade, inerente às bolsas para o exterior. Isso parece ser diferente do mesmo benefício concedido no país, o qual não tem como objetivo a movimentação de pessoas, apesar de acabar contribuindo para processos migratórios resultantes

do deslocamento interestadual de mestres e doutores titulados pelo Sistema Nacional de Pós-Graduação, como demonstrou Avellar (2015).

Sobre o papel das agências de fomento da internacionalização da pós-graduação, podem-se citar os trabalhos de Mazza (2009), Kato e Ferreira (2016) e Mattos (2018), mas que não trazem a internacionalização da graduação dentro desse contexto.

Sobre o CsF, identificaram-se alguns trabalhos que buscaram avaliar o programa e a política pública sob o olhar da gestão a partir de documentos oficiais (GUIMARÃES-IOSIF *et al.*, 2016; MCMANUS; NOBRE, 2017) ou com foco em internacionalização e relações internacionais (DUTRA; AZEVEDO, 2016; MANÇOS; COELHO, 2017; MENDES, 2019), mas nenhum dentro do contexto histórico das bolsas de mobilidade internacional.

Buscou-se, então, fazer uma comparação entre o histórico das políticas educacionais de internacionalização do ensino superior no Brasil e as concessões de bolsas no exterior da CAPES, entidade responsável por mais da metade da concessão de bolsas a discentes no país, incluindo a pós-graduação e a graduação, com destaque para o CsF, programa que elevou sobremaneira o número de bolsas, nesse contexto.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo exploratório da concepção de bolsas da CAPES para mobilidade acadêmica internacional nos diferentes governos. Para isso, foram feitas pesquisas bibliográfica e documental, tomando como ponto de partida a classificação da organização do processo de internacionalização da educação superior em quatro períodos proposta por Lima e Contel (2009): 1) anos 1930 a 1950; 2) anos 1960 e 1970; 3) anos 1980 e 1990; e 4) anos 2000 em diante. A partir dela, foi proposta uma nova divisão de períodos.

Tem-se, portanto, um estudo histórico sobre a concessão de bolsas internacionais pela CAPES, retrospectivo ou não concorrente, pois se inicia no passado e transcorre em sequência temporal natural, mas a evolução dos fatos analisados e o desenvolvimento do estudo ocorrem, ou concorrem, em tempos diferentes.

Aproxima-se da noção de estudos longitudinais, como explicam Hakim (1997) e Ruspini (2000), que tem como foco o processo de mudança social, cobrindo certo período de

tempo, com duas ou mais coletas de informações, sendo necessário um número consistente de coletas de dados para permitir uma análise em profundidade.

No entanto, diferente deste estudo, uma análise longitudinal é tipicamente prospectiva, tendo como unidade de observação uma coorte, ou seja, um grupo de pessoas que compartilham um evento que ocorreu em determinado período, de forma que se acompanha essas pessoas ao longo do tempo, caracterizando-se como um estudo predominantemente prospectivo (GUBA; LINCOLN, 1989).

Os dados de bolsas no exterior concedidas pela CAPES, ao contrário, são referentes a diferentes pessoas ao longo das décadas, devido à inexistência ou à precariedade de medidas longitudinais para avaliação de um grupo específico de egressos.

Dessa forma, este estudo mostra-se longitudinal retrospectivo, também chamado coorte histórica, que são estudos retroanalíticos que partem de grupos de casos seguramente diagnosticados e retroagem em sua história, buscando por fatores passados que possam ser considerados como causais (BORDALO, 2006). Outros trabalhos com viés sociológico tiveram como base coortes históricas e memórias coletivas, a exemplo do de Rocha-de-Oliveira, Piccinini e Bitencourt (2012).

Destarte, retroanalítico e motivado em primeiro lugar pelo CsF, este estudo buscou na crítica aos modelos econômicos de Estado, uma especulação pela causalidade para entender como se delinearam as políticas de mobilidade acadêmica, ainda que em uma análise inicial e de levantamento de questões.

Os dados de bolsas foram extraídos de Aveiro e Santos (2016), no período entre 1952 e 1997, e do banco de dados GeoCAPES (CAPES, 2020), no período entre 1998 e 2019. Dados de bolsa no país foram extraídos no período de 1979 a 1984 de CAPES (1985), no período de 1985 a 1994, de relatórios organizados pelo arquivo central da CAPES, e de 1995 a 2019 do banco de dados GeoCAPES (CAPES, 2020).

O aplicativo GeoCAPES é uma ferramenta oficial da CAPES para fornecer dados georreferenciais. No entanto, nele só constam informações a partir de 1998. Assim, para dados anteriores a essa data, utilizou-se o trabalho de Aveiro e Santos (2016), que buscou reunir dados históricos sobre a concessão de bolsas no exterior pela CAPES utilizando os relatórios de gestão da agência, os relatórios de atividades, os boletins CAPES e documentos da Diretoria de

Relações Internacionais (DRI), tais como balanços, dossiês e atas de reuniões. Os autores afirmam que a maior parte dos documentos utilizados na pesquisa está disponível no acervo histórico da CAPES. O trabalho, no entanto, apresenta algumas lacunas, entre as quais cabe destacar que não dispôs dos dados referentes ao total de bolsas (novas concessões e renovações) de 1992 a 1995 e, diferente dos demais anos, nos totais de 1975 a 1979, foram incluídos, além das bolsas de educação formal, também os congressos.

Para este artigo, foi analisada também uma série de documentos históricos da CAPES, como os Planos Nacionais da Pós-Graduação (PNPG), os InfoCAPES, revistas comemorativas, etc. Para dados sobre número de cursos, programas e discentes da pós-graduação, utilizou-se o GeoCAPES (CAPES, 2020) para dados a partir de 1998. De 1990 a 1997, utilizaram-se os dados do PNPG 2005-2010 (CAPES, 2004), e de 1976 a 1989 utilizaram-se dados do MEC/Inep/SEEC trazidos em Martins (2000). Dados anteriores não foram encontrados.

3. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A internacionalização da educação superior no Brasil sempre esteve fortemente atrelada ao Estado – definidor de políticas, regulador e financiador – e às universidades públicas e institutos de pesquisa por ele mantidos. Dessa forma, os primeiros programas de cooperação internacional só foram implementados nos anos 1930, quando foram criadas quatro universidades públicas sucedidas¹: Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920), Universidade Federal de Minas Gerais (1928), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1934) e Universidade de São Paulo (1934) (ROSSATO, 1998, p. 197). Até 1998, a mobilidade acadêmica estimulada pelo governo dava-se apenas no âmbito da pós-graduação, sendo incluídas bolsas de graduação sanduíche após esse ano.

A internacionalização da educação superior no Brasil, historicamente muito dependente do governo federal, sofreu, de 1930 até hoje, inúmeras modificações decorrentes de fatores como descontinuidade política entre governos, maior ou menor disponibilidade de recursos e alterações de motivações que justificam o investimento na política (LIMA; CONTEL, 2011). Nessa seção, veremos como isso se deu, a partir da organização do processo

¹ Por universidade sucedida, entende-se aquela instituição que teve continuidade por longo período, sobrevivendo às diferentes circunstâncias político-econômicas do país, em oposição às universidades passageiras (ROSSATO, 1998, p. 116).

de internacionalização da educação superior em quatro períodos, proposta por Lima e Contel (2009).

Entre as décadas de 1930 e 1950, ocorreu o primeiro período histórico de internacionalização do ensino superior no Brasil, entre os propostos por Lima e Contel (2009). Esse foi um período em que o Estado desenvolvimentista brasileiro, gestado pela 1ª Guerra Mundial e impulsionado pela Crise de 1929, consolidou-se durante o Estado Novo (1937-1945), autoritário e industrializante, como forma de lidar com as restrições externas e explorar um pouco do espaço deixado pelas potências que estavam em guerra (FIORI, 2003). Na educação superior, foi marcado pela criação de universidades, de fortalecimento das existentes e por programas de cooperação acadêmica internacional focados em trazer professores visitantes em missões para o Brasil, com forte influência das culturas acadêmicas francesa e americana (LIMA; CONTEL, 2009).

O doutoramento obtido mediante simples defesa de tese sempre existiu no Brasil, mas a ideia de cursos de doutorado surgiu apenas com a Reforma Francisco Campos, em 1931, que propunha a implantação de uma pós-graduação no Brasil nos moldes europeus. Nessa época, foram criados alguns cursos de doutorado, principalmente no campo do direito (SUCUPIRA, 1980). Os cursos de mestrado foram criados mais tarde, tendo sido defendida em 1961, na Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), a primeira dissertação de mestrado no Brasil (MOTTA, 2014).

No entanto, Morel (1979) explica que até o começo da década de 1950, não houve no Brasil uma política científica propriamente dita, apesar de terem sido criadas, no final do século XIX e início do século XX, universidades, centros de pesquisa e importantes instituições nas áreas de ciências naturais, saúde e higiene.

O pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado por forte tendência internacionalizante, com investimentos diretos das grandes corporações multinacionais, que, no entanto, não resultaram em desenvolvimento da indústria latino-americana. Nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento foi pautado por créditos abundantes que superaram nossa balança de pagamentos, o que foi um grande responsável pelos fortes impactos dos quatro choques econômicos (FIORI, 2003).

Em 1951, surgem a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior,

hoje CAPES e o Conselho Nacional de Pesquisa, hoje CNPq, considerados marcos históricos da institucionalização da pesquisa e da formação de recursos humanos no Brasil. Desde suas criações, os dois órgãos tiveram ações de mobilidade internacional (BARROS, 1998).

Já na década de 1950, foram iniciados acordos entre os Estados Unidos e o Brasil a fim de promover intercâmbio de estudantes, pesquisadores e professores (SANTOS, 2003). Em 1957, foi criada a Comissão para o Intercâmbio Educacional e Cultural entre os Estados Unidos da América e o Brasil (*Fulbright*), “com a finalidade de promover a divulgação da ciência, tecnologia e cultura brasileira, em especial com o envolvimento de setores da academia que ainda não tiveram exposição nos EUA” (CAPES, 2011).

O segundo período do processo de internacionalização ocorreu nos anos de 1960 e 1970, espaço de tempo em que os programas de cooperação acadêmica internacional tiveram ênfase na presença de consultores e na concessão de bolsas de estudos para realizar mestrado e doutorado no exterior (LIMA; CONTEL, 2009). Foram também décadas de grande decepção com o desenvolvimentismo (FIORI, 2003).

Foi na década de 1960 que se deu o grande impulso para os cursos de pós-graduação do Brasil, dentro de um contexto de integração entre países periféricos e países centrais, sendo que o objetivo desses países desenvolvidos era aumentar os mercados consumidores e desestimular a concorrência científica ou tecnológica (SANTOS, 2003).

Assim, em 1961, o presidente norte-americano John Kennedy formalizou o Tratado da Aliança para o Progresso com o objetivo de financiar projetos de ajuda econômica e social entre os Estados Unidos e a América Latina (com exceção de Cuba). Dessa forma, a assistência técnica foi sendo substituída por assistência financeira, por meio de empréstimos ou doações. Nesse contexto, foi criada a *United States Agency for International Development* (USAID), instância responsável pela execução desses projetos (LIMA; CONTEL, 2009).

Até 1964, havia poucos cursos de pós-graduação pioneiros, em geral, com apoio de instituições financiadoras (USAID, Ford, etc.) e professores estrangeiros (MOTTA, 2014). Também, não era muito claro o que era um curso de pós-graduação, dúvida que foi dirimida em 1965 com o Parecer 977 do Conselho Federal de Educação (CFE) (conhecido como Parecer Sucupira), que estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano (SANTOS, 2003). Na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970, a pós-graduação cresceu

em ritmo acelerado. No entanto, centenas de pessoas continuaram a sair para estudar no exterior (MOTTA, 2014).

Foi também nos anos 1960, com os governos militares, que se intensificou o processo de modernização da educação superior no Brasil, inspirado no modelo norte-americano, que já vinha sendo instaurado, em certa medida, desde a segunda metade dos anos 1940. Acompanhando a aproximação política do Brasil com os Estados Unidos (EUA) no pós-Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, entre os anos de 1960 a 1970, ocorreu o estreitamento de laços de cooperação entre as universidades brasileiras estadunidenses com a intensa presença dos consultores do governo dos EUA no Brasil. Havia o interesse em modernizar a educação superior – por meio da profissionalização da gestão das universidades públicas, da reestruturação curricular, da ampliação do número de mestres e doutores e de matrícula – e em formar pesquisadores e profissionais capacitados para o projeto de modernização das instituições públicas e da diversificação do parque industrial nacional (CUNHA, 2007).

Assim, a partir da segunda metade da década de 1960 até o final da década de 1970, a política científica foi sendo incorporada ao planejamento do Estado, visando o desenvolvimento do país (MOREL, 1979). Ao mesmo tempo, os anos 1960 e 1970 foram de grande decepção com o desenvolvimentismo (FIORI, 2003).

Contribuiu para isso o fato de que, a partir da década de 1970, com a crise econômica chamada crise de acumulação, que colocou em colapso o modelo de organização da produção capitalista baseada no taylorismo/fordismo, houve uma reestruturação produtiva com a adoção do padrão de produção nos moldes da “acumulação flexível”, acompanhada de mudanças políticas, sociais e ideológicas. Assim, surgiram diversas teorias para superar a teoria marxista e justificar as novas formas de exploração do trabalhador pelo capital, como as teorias do trabalho imaterial. Um exemplo dessas teorias foi a postulada por André Gorz, assentada no desenvolvimento de uma “economia do conhecimento” ou de um “capitalismo cognitivo”, que considera a capacidade intelectual dos indivíduos como a principal força produtiva (BATISTA, 2011).

O terceiro período do processo de internacionalização definido por Lima e Contel (2009) ocorreu nos anos de 1980 e 1990. Nesse espaço de tempo, há a expansão e consolidação

dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e o incremento da pesquisa de ponta em áreas estratégicas. Os programas de cooperação acadêmica internacional tinham ênfase na vinda de professores visitantes e na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas no exterior. Havia uma priorização na concessão de bolsas de estudos no exterior para realizar doutorado em áreas classificadas como estratégicas.

Entre as décadas de 1980 e 1990, observaram-se investimentos realizados pelo governo federal no desenvolvimento científico das universidades públicas, resultando na ampliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. Também houve a criação e a consolidação de institutos de pesquisa especializados em áreas estratégicas, investimento que se nota, por exemplo, nos programas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto Goeldi-Amazonia (LAUS; MOROSINI, 2005). No período, a principal motivação dos programas de internacionalização permaneceu no desenvolvimento nacional (LIMA; CONTEL, 2009).

No entanto, a década de 1980 foi marcada por uma fase recessiva em que o ciclo industrial aparece associado a uma crise econômico-financeira internacional. Como nas crises anteriores, descontrola-se o sistema financeiro, só que na época com a inflação a nível altíssimo, somada à incapacidade de gastos e investimentos estatais. Todo esse contexto leva a volta do pensamento liberal. Assim, nos anos 1990, a ideia da globalização estava em alta e as políticas de livre comércio estavam sendo pregadas no mundo todo (FIORI, 2003).

O Estado passa a ser visto como um ator que deve interferir minimamente nas relações privadas e as regulações ou desregulações necessárias ao livre mercado são conduzidas por outras esferas de poder, como as organizações multilaterais – Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) –, cujas diretrizes são estabelecidas pelos países centrais de forma a criar direcionamentos aos países do capitalismo periférico. Dessa forma, as práticas de desregulação do Estado que visam a mundialização dos fluxos de mercadorias e de capitais direcionam-se somente aos países dominados e os países dominantes continuam a operar suas economias com base no protecionismo (PETERNELLA, 2016).

Nos anos 1990, percebeu-se um esforço de transformar o “Estado remador” em “Estado navegador” (*steering rather than rowing*) (OSBORNE; GAEBLER, 1992). Apesar de

o governo de Fernando Collor de Mello defender a ampliação da oferta de vagas nas instituições públicas em seus discursos, desde o início do mandato favoreceu-se a expansão do ensino privado para ampliar as vagas nesse nível de ensino. Além disso, o projeto liberal iniciado por Collor passou a descumprir sistematicamente o preceito constitucional que determina à União a aplicação mínima de 18% da arrecadação líquida de impostos na educação (VELLOSO, 1992).

O também liberal governo Fernando Henrique Cardoso começou a empreender um programa de reformas do Estado, que visava modernizar a “máquina estatal” e otimizar as funções e atividades do Estado. Nesse contexto, o Estado deixou de prestar e executar diretamente muitos serviços, transferindo a sua execução para entes privados. Também foi incentivada a expansão da iniciativa privada na educação tanto básica quanto superior, especialmente na graduação. O governo promoveu uma reforma na educação superior, extinguiu o CFE, que vinha tendo embates com o Poder Executivo desde Collor, e criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), descomplicando processos de autorização, credenciamento e reconhecimento de cursos e criação de instituições de ensino superior privadas, com vistas à expansão da educação superior no Brasil (CORBUCCI, 2004).

De encontro a essa ideia, entre os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cerca de 78% dos gastos realizados com a educação superior em 2000 eram de natureza pública. Até mesmo os países mais pobres do grupo, como México e Turquia, registravam índices acima dessa média. Apesar da tendência dos países considerados modelos de desenvolvimento socioeconômico, o governo FHC optou por transferir para o setor privado a tarefa de atender preponderantemente a demanda por formação superior.

O quarto período do processo de internacionalização foi indicado por Lima e Contel, em 2009 (antes do CsF), como ocorrendo a partir dos anos 2000. Os programas de cooperação acadêmica internacional continuaram com ênfase na vinda de professores visitantes e na ida de estudantes para realização de poucas disciplinas e as concessões de bolsas de estudos no exterior continuaram focadas no doutorado, em áreas classificadas como estratégicas e sem tradição de pesquisa no país. Há, ainda, projetos de criação de universidades federais orientadas pela internacionalização ativa, capaz de atrair acadêmicos internacionais, como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Integração da

Amazônia Continental (UNIAM) e a Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB).

A eleição de Luís Inácio Lula da Silva trouxe a esperança de um novo projeto de desenvolvimento. Segundo Fiori (2003), houve a tentativa de construir uma terceira via, um meio termo entre o liberalismo e o neodesenvolvimentismo. Assim, tanto no governo Lula quanto no governo de Dilma Rousseff, propôs-se unir o financiamento público e privado com vistas ao desenvolvimento do país e a redução das desigualdades. O Programa CsF, criado em 2011, também foi uma tentativa nesse sentido.

A partir de 2005, no governo Lula, começou-se a observar significativa expansão da educação superior como política pública, com a criação de novas universidades, públicas e privadas, e com a criação dos institutos federais, principalmente em localidades até então desatendidas.

Dando continuidade à política, Dilma iniciou seu mandato com a construção de quatro novas universidades federais, 47 novos campi universitários e 208 novos institutos federais, ampliando o número de matrículas, principalmente em cidades do interior de estados do Norte e Nordeste, visando a promover o desenvolvimento nesses locais (ROUSSEFF, 2011).

No primeiro mandato Dilma, foram enfatizadas políticas de inserção internacional das universidades públicas, bem como a criação de mecanismos de gestão da internacionalização. O segundo mandato, intitulado “Pátria Educadora” pretendia dar continuidade ao trabalho com foco na educação.

Em maio de 2016, a hegemonia política e ideológica iniciada no primeiro governo Lula viu-se sitiada por um aparelho jurídico, policial e midiático sem precedentes (SOUZA, 2016). A presidente Dilma é afastada e assume seu vice, Michel Temer, dando início ao que Casara (2017) chamou de “Estado Pós-Democrático”, que seria a forma atual de se governar, em que se retoma o neoliberalismo economicamente e politicamente, em que há a preocupação com a manutenção da ordem e a ampliação das condições de acumulação de capital. Dessa forma, o mercado, a circulação do dinheiro e dos bens ganham mais relevância que os direitos fundamentais, os quais passam a representar um obstáculo à mercantilização acentuada e passam a ser tratados como mercadoria. Um desses direitos fundamentais é o direito à educação,

em que se situa o CsF, programa que sofreu forte ataque de deslegitimação, principalmente por parte da mídia a partir de 2015, como será demonstrado em artigos futuros.

4. PONTOS A SEREM DESTACADOS SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS NO EXTERIOR PELA CAPES DA DÉCADA DE 1950 AOS DIAS DE HOJE

Feito um breve resumo sobre o histórico da internacionalização do ensino superior no Brasil, trataremos mais especificamente nesta seção da CAPES, criada em 11 de julho 1951, por meio do Decreto nº 29.741, como Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, hoje CAPES. Quase tão nova quanto à pós-graduação brasileira, no ano de sua criação, existia apenas um curso do tipo em todo o Brasil: o programa de doutorado em direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), criado em 1931.

Em 1952, foram concedidas três bolsas pela entidade, sendo uma no país e duas no exterior. Em 1953, concedeu 79 bolsas, sendo 54 para estudos no exterior com destaque para as áreas de medicina, belas artes e engenharias, em 1954, 155 bolsas, sendo 72 para o exterior (CAPES, 2011).

No pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, a relação científica e acadêmica com os Estados Unidos foi muito intensa, com apoio de fundações como a Rockefeller, Kellogg e Ford. Além de bolsas, havia amplos programas temáticos em área como agronomia, genética, bioquímica, medicina, ciência política (CAPES, 2002).

Concomitante ao aumento de cursos de pós-graduação no Brasil na segunda metade da década de 1960 e na década de 1970, cresceu também a oferta de bolsas do governo para os estudantes de pós-graduação. Com o Decreto nº 53.932/64, a CAPES voltou a se subordinar ao Ministério da Educação, como quando foi criada, tendo sido subordinada diretamente à presidência da República de 1961 a 1964, e passou a ter a possibilidade de empréstimos externos como fonte de financiamento de seus programas institucionais. Assim, a CAPES realizou empréstimos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e aproximou-se da Fundação Ford, com vistas a angariar recursos (CAPES, 2011).

Em julho de 1974, a estrutura da CAPES foi alterada pelo Decreto nº 74.299 e passou a ser “órgão central superior, gozando de autonomia administrativa e financeira”. Desde então, a CAPES começou a aumentar o número de bolsas, principalmente com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública criada em 1967. Com esse apoio,

a CAPES cresceu e ultrapassou em pouco tempo o número de bolsas do CNPq (CAPES, 2011).

Assim, em 1964, a CAPES financiou no total 334 bolsas no Brasil e no exterior; em 1966, o número saltou para 1.493; em 1976 a estimativa é de que foram custeadas cerca de 3.100 bolsas (MOTTA, 2014). No entanto, a década de 1970, também foi de grande perda do poder aquisitivo das bolsas, começando a se recuperar de forma gradativa só a partir de 1983 (CAPES, 1998). Ademais, no governo militar, havia ainda o veto ideológico à concessão de bolsas, pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), que perdurou até o início da década de 1980 (CAPES, 2011).

Mas foi no final da década de 1970, que a atuação da CAPES na promoção e intermediação do intercâmbio internacional sistemático entre instituições brasileiras e estrangeiras cresceu de forma mais substancial, com a assinatura do acordo CAPES e o Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), em 1978, que inaugurou a cooperação entre universidades brasileiras e francesas. A partir de então, foram iniciadas as concessões de bolsas de cooperação internacional em projetos interinstitucionais, além das bolsas individuais que já eram concedidas. Acordos como o British Council, com a Inglaterra, iniciado em 1988, e o DAAD (Deutscher Akademischer Austauschdienst), com a Alemanha, firmado em 1994, também seguiriam a mesma linha de atuação (CAPES, 2011).

Em 15 de março de 1990, no governo Collor, a CAPES foi extinta pela Medida Provisória nº 150/1990. A mobilização dos funcionários e de toda a comunidade acadêmica fez com que o órgão fosse reestabelecido em 12 de abril do mesmo ano, por meio da Lei nº 8.028/90. Em 1992, a CAPES torna-se uma fundação pública.

Em 1995, foi proposta uma intensificação do intercâmbio no âmbito do Mercosul, particularmente com a Argentina e o Chile, com o objetivo de desenvolver os cursos de pós-graduação dos países envolvidos e reconhecer, reciprocamente, a equivalência dos cursos de graduação e de pós-graduação, mas até hoje isso não foi formalizado.

Segundo Aveiro e Santos (2016), em 1995 foi iniciada uma política que passou a priorizar a formação no exterior nas modalidades pós-doutorado e doutorado-sanduiche. A partir de 1996, as bolsas de especialização e de mestrado foram suprimidas quase em sua totalidade. Em 1997, teve início o programa de graduação sanduiche em parceria com a Alemanha, com objetivo de conceder 100 bolsas para estudantes do quarto ano de engenharia

para estudarem em universidades alemãs e realizarem estágios nas indústrias daquele país. Assim, desde 1998, a CAPES concede bolsas de graduação-sanduíche no exterior.

Em 2002, a CAPES concedia entre 1.300 e 1.500 bolsas para o exterior e era responsável por dois terços dos bolsistas brasileiros que estavam fora. A partir de 2004, além das cooperações acadêmicas com países de reconhecida tradição, a CAPES passou a intensificar as relações com países da chamada cooperação Sul-Sul, com destaque para a Argentina e os países de língua portuguesa no continente africano (CAPES, 2002).

De 2004 a 2011, há uma série de quatro aumentos nos valores das bolsas após nove anos de congelamento. Em 2011, é lançado o CsF, cujas bolsas de graduação foram oficialmente suspensas em 2016. No projeto inicial, ele deveria durar de 2011 a 2014, mas em 2014, a presidente Dilma anunciou o CsF II. O programa chegou oficialmente ao fim em 2017, mas desde 2015 não eram mais lançados novos editais.

Em seu livro de 2003, Córdova (2003) sugere dividir a história da CAPES em quatro períodos: 1) A brisa dos anos cinquenta (1951-1963): criação e estruturação da CAPES; 2) Uma longa jornada noite adentro (1964-1973): transformação da Campanha na atual coordenação e posterior estrangulamento e descontinuidade; 3) Expansão, fortalecimento e extinção (1974-1990): desempenho de novas atribuições; 4) Restauração, modernização, internacionalização (1991-1996).

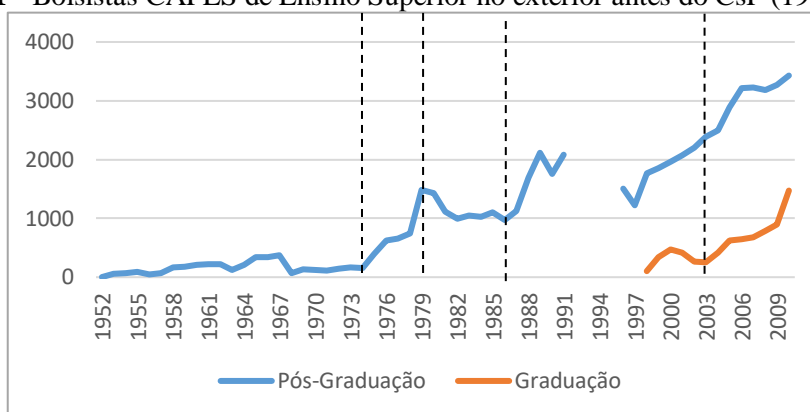
Posteriormente, Aveiro e Santos (2016) sugerem, ainda, um quinto período, denominado “Nova CAPES”, a partir de 2007, quando a CAPES passa a fomentar e induzir a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Nesse período, estaria situado o CsF.

Tomando como ponto de partida essas classificações históricas encontradas na literatura, este artigo propôs uma outra forma de dividir a história da CAPES.

5. ANÁLISE DOS DADOS

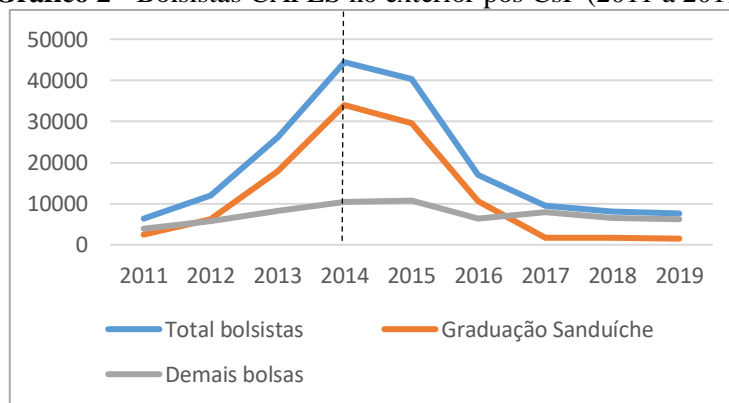
A partir da categorização de Córdova (2003) e das considerações de Aveiro e Santos (2016), sugerimos uma divisão da história da mobilidade estudantil para o exterior promovida na CAPES em seis períodos. Para tanto, observou-se, primeiramente, o panorama apresentado nos gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Bolsistas CAPES de Ensino Superior no exterior antes do CsF (1952 a 2010).



Fonte: Elaboração própria com base em Aveiro e Santos (2016) e CAPES (2020).

Gráfico 2 - Bolsistas CAPES no exterior pós CsF (2011 a 2019).



Fonte: Elaboração própria com base em CAPES (2020).

No Gráfico 1 vê-se a evolução do número de bolsas de pós-graduação e de graduação para o exterior pela CAPES desde a sua criação até 2010. As bolsas de graduação, como já foi dito, iniciaram-se em 1998. Os momentos de ruptura foram demonstrados com as linhas tracejadas, que levaram à determinação dos períodos históricos. Infelizmente não foram encontrados dados referentes ao período de 1992 a 1995. Já o Gráfico 2 mostra os dados pós-2011, ano em que foi instituído o CsF. Nele, são informados os números totais de bolsas, divididos em graduação-sanduíche e demais bolsas. A ideia é mostrar que houve um grande incremento das bolsas de graduação-sanduíche, mas também das demais (incluídas as de pós-graduação), e uma grande queda a partir de 2015.

Com base nesses gráficos, os nomes dos períodos, com expressões marítimas, foram dados com base no formato de ondas dos gráficos, tendo como inspiração as metáforas do

“Estado remador e navegador” amplamente utilizadas na literatura, conforme descrito nos Quadros 1 e 2.

Quadro 1 - Comparação das fases de internacionalização da educação superior com as fases da mobilidade estudantil para o exterior promovida pela CAPES.

Fases da Internacionalização da Educação Superior segundo Lima e Contel (2009)	Fases da mobilidade estudantil para o exterior promovida na CAPES, propostas pelos autores	
1) Anos 30, 40 e 50	1) Mar revolto (1951 a 1974)	Créditos abundantes, mas instabilidade na política de concessão de bolsas. Nesse período, houve tentativas de aumento no número de bolsas, com destaque para o período de 1964 a 1967, correspondente ao governo de Castelo Branco, que criou o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), o qual previa incentivo às exportações, abertura ao capital exterior, bem como reforma nas áreas fiscal, tributária e financeira, e que culminou com o milagre econômico (1969-1973). No entanto, o milagre econômico não se refletiu na concessão de bolsas, que se manteve estável, mas em baixa.
2) Anos 60 e 70	2) Água de lastro (1974-1979)	A pós-graduação é institucionalizada por meio do Conselho Nacional de Pós-Graduação e do primeiro PNPG, a CAPES ganha autonomia administrativa e financeira, começa a receber apoio financeiro da Finep e aproxima-se da Ford.
3) Anos 80 e 90	3) Marolinha (1980-86)	A “década perdida” foi um período de desaceleração caracterizado por grande queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e aceleração da inflação, o que teve impacto negativo nas concessões de bolsas.
	4) Mar em fúria (1987-2002)	O tamanho e o papel do Estado passam a ser contestados e a década de 1990 é marcada pelo neoliberalismo, que defende, entre outras coisas, a não-intervenção estatal e as privatizações. Nesse período, a CAPES chegou a ser extinta pelo presidente Collor, em 1990. O patamar de 2117 bolsas de pós-graduação concedidas em 1989, após sucessivos altos e baixos, só foi alcançado novamente em 2002 (2202 bolsas).

4) Dos anos 2000 em diante	5) De vento em popa (2003-2014)	O governo Lula trouxe a esperança de um novo projeto de desenvolvimento do país e de redução das desigualdades. De 2004 a 2011, houve uma série de quatro aumentos no valor das bolsas de pós-graduação, defasadas e congeladas desde 1995. No último ano de seu governo (2010), as bolsas de pós-graduação no exterior da CAPES haviam crescido 55,72% e as de graduação 449,62% em relação a 2002. Dilma deu continuidade à política, com ênfase na inserção internacional das universidades públicas. No último ano do seu primeiro mandato (2014), as bolsas de pós-graduação no exterior da CAPES foram 44.412 (em 2010 foram 3.429) e as de graduação, 33.991 (em 2010 foram 1.473).
	6) Ancoragem (2015-)	Apesar de honrar as bolsas já concedidas anteriormente, que podem durar até quatro anos, o novo governo neoliberal começa a reduzir o número de bolsas, decretando o fim do CsF. É um período de queda acentuada nas concessões.

Fonte: Elaboração própria.

No Quadro 1 vê-se na primeira coluna as fases da internacionalização da educação superior propostas por Lima e Contel (2009) e na segunda, as fases da mobilidade estudantil para o exterior promovida na CAPES, propostas nesse artigo. Nota-se que elas se interrelacionam e corroboram-se, apesar de a segunda ser mais detalhada. Destaca-se uma diferença nos dois primeiros períodos e uma pequena correção no último período (de 2000 em diante): apesar de se observar um aumento do número de bolsas a partir de 2000, há uma instabilidade nas bolsas de graduação de 1998 a 2003; por isso, optou-se por estabelecer o limite das fases em 2003.

No Quadro 2 as seis fases da mobilidade estudantil estão destacadas e detalhadas. Nele, foram explicitados também os governos federais e os anos que ocorreram. Para fins de comparação, mostram-se o total de bolsas para o exterior em cada governo, a média de bolsas por ano em cada governo, tanto no Brasil quanto no exterior, e a média anual de alunos matriculados no mestrado e no doutorado. Além disso, foi proposto o índice de mobilidade estudantil (IME), calculado como a razão entre a média de bolsas para o exterior por ano e a média de alunos matriculados no mestrado e no doutorado por ano. A ideia do índice é tentar comparar o número de bolsas em períodos tão distintos, considerando o aumento do tamanho do SNPG.

Quadro 2 - Bolsas CAPES no exterior por períodos governamentais brasileiros (1951 a 2019).

Período	Governo	Anos	Total de bolsas para o exterior no período	Média de bolsas no país por ano no período	Média de bolsas para o exterior por ano no período	Média anual de alunos matriculados Mest./ Dout. ²	Índice de mobilidade estudantil (IME)
Mar revolto (1951 a 1974)	Vargas / Café Filho	1951/1955	220	-	44	-	-
	Juscelino Kubitschek	1956/1960	675	-	135	-	-
	Jânio Quadros / João Goulart	1961/1963	579	-	193	-	-
	Castelo Branco	1964/1967	893	-	298	-	-
	Costa e Silva	1967/1969	574	-	191	-	-
	Emílio Médici	1969/1974	374	-	125	-	-
Água de lastro (1974-1979)	Ernesto Geisel	1974/1979	3.144	-	786	31.921 ³	0,025
Marolinha (1979-86)	João Figueiredo	1979/1984	7.088	6.747	1.181	41.451	0,028
	José Sarney	1985/1989	9.007	10.137	1.801	42.734	0,042
Mar em fúria (1987-2002)	Fernando Collor	1990/1992	5.294	14.214	2.647	50.410	0,053
	Itamar Franco	1993/1994	2.126	17.484	2.126	58.329	0,036
	FHC	1995/2002	15.007	21.168	1.876	83.588	0,022
De vento em popa (2003-2014)	Luiz I. Lula da Silva	2003/2010	30.638	36.867	3.830	138.902	0,028
	Dilma Rousseff	2011/2015	129.132	89.778	25.826	219.547	0,118
Ancoragem (2015-)	Michel Temer	2016/2018	34.620	101.011	11.540	278.049	0,042
	Jair Bolsonaro ⁴	2019-	7.660	95.290	7.660	386.013	0,020

Fonte: Elaboração própria com base em Martins (2000), Aveiro e Santos (2016), CAPES (1985;2004;2020) e em relatórios organizados pelo arquivo central da CAPES de 1985 a 1994.

Com relação ao IME, não foram encontrados dados do número de matriculados na pós-graduação entre 1951 e 1976. No entanto, sabe-se que até 1964 eram muito poucos os cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Em 1961, eram seis cursos; em 1962, nove; em 1963, 16;

² Para o cálculo da média anual de alunos matriculados na pós-graduação, foram utilizados os dados do MEC/Inep/SEEC trazidos em Martins (2000) de 1976 a 1989, os dados do PNPG 2005-2010 (CAPES, 2004), de 1990 a 1997, e os dados do GeoCAPES (CAPES, 2020) de 1998 a 2019. Foi desconsiderado o número de alunos titulados no ano.

³ A média anual de alunos matriculados no governo Geisel considerou apenas os dados dos anos 1976 a 1979.

⁴ Os dados do governo Bolsonaro foram relativos apenas ao ano de 2019.

em 1964, 23; em 1965, 34. A marca de 100 cursos só foi atingida em 1969 (MOTTA, 2014). Em 1976, já eram 699 (CAPES, 2010) e em 1977, 822 (SUCUPIRA, 1980).

Na média de bolsas por ano, percebe-se altos e baixos e baixo desempenho no período “Mar revolto”, crescimento nos períodos “Água de lastro” e “Marolinha”, decréscimo no “Mar em Fúria”, crescimento exorbitante no “De vento em popa” e novo decréscimo no “Ancoragem”, voltando à taxa do governo FHC, mas reduzindo investimentos em outras áreas.

Quanto ao IME, nota-se uma ascensão do governo Geisel até Collor, seguido de quedas sucessivas nos governos Itamar e FHC. A partir de Lula e Dilma há novo aumento, com queda em Temer, mas se mantendo ainda mais alto do que em Lula, FHC e Itamar. Isso também porque o governo teve que honrar algumas concessões feitas anteriormente, que podem durar até quatro anos.

O IME é uma tentativa de propor uma comparação relativa, mas possui suas limitações, pois o perfil do pós-graduação e da distribuição de bolsas desenvolveu-se com muitas mudanças qualitativas. Houve, por exemplo, uma expansão dos programas de pós-graduação na década de 1980 e expansão mais especificamente dos cursos de doutorado na década de 1990. Além disso, a partir de 1996, as bolsas de especialização e mestrado foram suprimidas quase totalmente, com base na constatação de que o sistema de pós-graduação no Brasil estava suficientemente consolidado nesses níveis, sendo suspensas totalmente em 2003 e retomadas apenas no mestrado profissional no CsF. Ademais, a partir de 1998, iniciaram-se as concessões de bolsas de graduação-sanduiche, com forte expansão a partir de 2014, sendo que o quantitativo de alunos de graduação não foi contabilizado no índice. Também foram contabilizadas as bolsas para formação de professores da educação básica, missão dada a CAPES em 2007. Ainda assim, o índice mostra-se como uma tentativa relevante de comparar relativamente os governos.

A título de comparação, buscou-se contrapor a média de bolsas concedidas no Brasil e no exterior pela CAPES, mas só foram encontrados dados de bolsas no país a partir de 1979. No período analisado, nota-se que a média anual de bolsas no país teve maiores aumentos nos governos Lula (74,2%) e Dilma (143,5%), o que corrobora a ideia de que o período “De vento em popa” foi de forte investimento em bolsas de pós-graduação, tanto no país quanto no exterior. Embora na média anual, pareça que houve um aumento de bolsas no país durante o

governo Temer, houve, na verdade, uma retração em relação ao último ano de governo Dilma. Em 2015, foram concedidas 105.450 bolsas no país; em 2016, 100.433; em 2017, 101.372; em 2018, 101.228; e em 2019, no governo Bolsonaro, 95.290 (CAPES; 2020).

6. À GUIA DE CONCLUSÃO

Considerando que as concepções que o Estado brasileiro adotou ao longo da história, e para lidar com a economia, influenciaram e influenciam as políticas de concessão de bolsas para o exterior, o objetivo desse trabalho foi situar a CAPES e o CsF nesse contexto, tendo em vista à deslegitimação que o programa sofreu após o impedimento da presidente Dilma.

Com o panorama desde a década de 1950, este trabalho percorreu inúmeras modificações na política de concessão de bolsas decorrente tanto de fatores externos, de caráter político e econômico, como de fatores internos, como descontinuidade política entre os governos, alternância de filosofia política dominante e heterogeneidade do sistema de educação.

Destarte, analisamos a concessão de bolsas no exterior governo a governo, por meio do índice de mobilidade educacional (IME), uma proposta, ainda incipiente e com limitações, de comparação relativa com base na média anual de bolsas e no número de alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, e propomos uma divisão da história da mobilidade estudantil para o exterior promovida na CAPES de 1951 a 2018 em seis períodos: Mar revolto (1951 a 1967), Água de lastro (1974-1980), Marolinha (1981-86), Mar em fúria (1987-2002), De vento em popa (2003-2014), e Ancoragem (2015-), nos interessando especialmente os dois últimos, quando se observou o início e o fim do CsF.

Para estudos futuros, seria relevante destrinchar os dados para avaliar os impactos por área de conhecimento, países de destino e instituições, de forma a contribuir para a consolidação do conhecimento da história do incentivo à mobilidade acadêmica no Brasil.

Também seria interessante verificar as diferentes fontes de financiamento das bolsas CAPES, muitas vezes vindas do próprio governo federal, mas também tendo havido buscar por parcerias com a iniciativa privada, a exemplo da Fundação Ford na década de 1960, e da tentativa de se financiar 26 mil bolsas do CsF com recurso privado, para verificar como isso impactou nas concessões.

De toda sorte, em linhas gerais, verificamos que, segundo Lima e Contel (2011), o aumento dos recursos destinados à internacionalização do ensino superior no início do século

XXI foi resultado, entre outros fatores, de necessidades impostas pelo conhecimento e sua aplicação no setor produtivo. Assim, a CAPES o CNPq, o Finep e as agências e fundações de pesquisa passaram a ser vistas como essências para o fomento à ciência e tecnologia e, por consequência, ao desenvolvimento do país.

No entanto, após a euforia do período “De vento em popa”, inicia-se um novo momento de queda a partir da ascensão de um governo neoliberal economicamente, de forma semelhante ao que aconteceu com os governos liberais do período “Mar em Fúria”. Na década de 1990, começou a questionar o tamanho e o papel do Estado, tendo a CAPES chegado a ser extinta no governo Collor. A partir de Temer, vivemos o que Casara (2017) chamou de “Estado Pós-Democrático”, em que o mercado, a circulação do dinheiro e dos bens ganham mais relevância que os direitos fundamentais, como a educação.

A partir dessas reflexões, é oportuno questionar o que nos reservará a década de 2020, quais rumos tomarão as políticas para a educação e como isso influenciará os programas de incentivo à mobilidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

AVEIRO, T. M. M.; SANTOS, A. B. A capacitação de recursos humanos de alto nível no exterior como parte da missão histórica da CAPES. **Revista Perspectivas do Desenvolvimento: um enfoque multidimensional**, v. 4, n. 5, ago., 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/18846/17515> Acesso em: 15 abr. 2020.

AVELLAR, S. O. C. **Mobilidade espacial de mestres e doutores no Brasil: 1975-2010**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/Avellar2015>. Acesso em: 12 nov. 2020.

BARROS, E. M. C. **Política de Pós-Graduação no Brasil: um estudo da participação da comunidade científica**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BATISTA, R. L. **A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BORDALO, A. A. Estudo transversal e/ou longitudinal. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 20, n. 4, dez., 2006. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-59072006000400001. Acesso em: 12 nov. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Relatório CAPES 1979 a 1985**. Brasília: Capes, 1985.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **InfoCAPES**, Brasília, v.6, n. 3, 1998. Disponível em: http://www1.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/Info3_98.doc. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **InfoCAPES**, Brasília, v. 10, n. 4, out./dez., 2002. Disponível em: https://www1.CAPES.gov.br/images/stories/download/bolsas/InfoCAPES10_4_2002.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010**. Brasília: Capes, 2004. Disponível em: https://www1.CAPES.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). CAPES 60 anos: seis décadas de evolução da Pós-Graduação. **Revista comemorativa**, julho de 2011. Disponível em: <https://www.CAPES.gov.br/images/stories/download/Revista-CAPES-60-anos.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

_____. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **GeoCAPES**. 2020. Disponível em: <https://geoCAPES.CAPES.gov.br/geoCAPES/>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CASARA, R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017

CORBUCCI, P. R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educ. Soc.**, 2004, v. 25, n. 88, p. 677-701. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300003>. Acesso em: 4 maio 2020.

CÓRDOVA, R. **CAPES: origem, realizações, significações (1951-2002)**. Brasília: s.n., 2003.

CUNHA, L. A. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DUTRA, R. C. de A.; AZEVEDO, L. F. de. Programa “Ciência sem Fronteiras”: geopolítica do conhecimento e o projeto de desenvolvimento brasileiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 234-243, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4013/csu.2016.52.2.10>. Acesso em: 15 maio 2020.

FIORI, J. L. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. **Fourth generation evaluation**. Califórnia: Sage, 1989.

GUIMARÃES-IOSIF, R. *et al.* Programa Ciência sem Fronteiras: a tradução da política de internacionalização brasileira no Canadá. **Interface Brazil/Canadá**, Canoas, v. 16, n. 1, p. 16-39, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/download/7742/5610>. Acesso em: 15 maio 2020.

HAKIM, C. **Research design: strategies and choices in the design of social research**. London: Routledge, 1997.

KATO, F. B. G.; FERREIRA, L. R. A política de expansão e financiamento da pós-graduação: as diretrizes do PNPG (2011-2020) e PNE (2014-2024). **RBPAE**, v. 32, n. 3, p. 677 - 697 set./dez., 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68569>. Acesso em: 20 abr. 2020.

LAUS, S. P.; MOROSINI, M. C. Internationalization of higher education in Brazil. In: WIT, H., JARAMILLO, I., GACEL-ÁVILA, J., KNIGHT, J. (Eds). **Higher Education in Latin America: the International Dimension**. Washington: The World Bank, 2005.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. Períodos e motivações da internacionalização da educação superior brasileira. **5ème Colloque de l'IFBAE**. Grenoble, v. 1, 2009.

LIMA, M. C.; CONTEL, F. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.

MANÇOS, G. R.; COELHO, F. S. Internacionalização da Ciência Brasileira: subsídios para avaliação do programa Ciência sem Fronteiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI**, v. 2 n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/37056>. Acesso em: 15 maio 2020.

MARTINS, C. B. O Ensino Superior Brasileiro nos Anos 90. **Perspec.**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./mar., 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006>. Acesso em: 10 abr. 2020.

MATTOS, L. K. **A internacionalização da pós-graduação brasileira: investimento e avaliação na área de ciências sociais aplicadas**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MAZZA, D. Intercâmbios acadêmicos internacionais: bolsas CAPES, CNPq e Fapesp. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 39 n. 137, maio/ago., 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200010. Acesso em: 5 abr. 2020.

McMANUS, C.; NOBRE, C. A. Brazilian scientific mobility program - science without borders: preliminary results and perspectives. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 89, n. 1, p. 773-786, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0001-37652017005007110&script=sci_abstract. Acesso em: 10 jun. 2020.

MENDES, F. Z. **Cooperação e integração regional na perspectiva Sul-Sul: contribuições à internacionalização da educação superior**. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, 2019.

MOREL, R. **Ciência e estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OSBORNE, D.; GAEBLER, T. **Reinventing government**. New York: Penguin Press, 1992.

PETERNELLA, A. **Crise da pedagogia e suas implicações à formação do pedagogo no início do século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

ROCHA-DE-OLIVEIRA, S.; PICCININI, V. C.; BITENCOURT, B. M. Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? **Organizações & Sociedade**, v. 19 n. 62, jul./set., 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302012000300010>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ROSSATO, R. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso na cerimônia de anúncio da expansão da rede federal de educação superior e profissional e tecnológica**. Palácio do Planalto, 16 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/>. Acesso em: 5 maio 2020.

RUSPINI, E. Longitudinal research in the social sciences. **Social Research Update**, n. 28, 2000. Disponível em: <https://sru.soc.surrey.ac.uk/SRU28.html>. Acesso em 12 nov 2020.

SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000200016>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SOUZA, J. **A Radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SUCUPIRA, N. Antecedentes e primórdios da pós-graduação. **Fórum educ.**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 3-18. out./dez., 1980.

VELLOSO, J. Pesquisa educacional na América Latina: tendências, necessidades e desafios. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 81, p. 5-21, maio, 1992. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/986/996>. Acesso em: 7 abr. 2020.